

CONJUNTURA

Medicamentos ficam mais caros a partir de 1º de abril

Câmara que anuncia o reajuste anual de remédios se reúne esta semana. Segundo a indústria, a alta deverá acompanhar o IPCA, que está em 10,89%

» MICHELLE PORTELA
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Remédios deverão ficar mais caros nos próximos dias. Nesta semana, a Câmara de Regulamentação do Mercado de Medicamentos (Cmed) divulga a nova tabela de preços, com data de vigência a partir de 1º de abril. De acordo com o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), a alta deverá ser de pelo menos 10%.

O reajuste deve acompanhar os índices inflacionários. O cálculo para os preços de medicamentos é feito anualmente pela Cmed. Segundo dados do IBGE, os valores de alimentos (23,15%) e transportes (22,28%) subiram bem mais do que os remédios no biênio.

No ano passado, as medicações sofreram elevação abaixo da inflação: 6,17%, ante os 10,06% acumulados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA). Em 2020, ano de início da pandemia de covid-19, a inflação nos produtos chegou a ser negativa (-2,28%). Em 2022, o IPCA em 10,89% deverá servir de referência à projeção mínima de reajuste.

De acordo com o presidente executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, “os medicamentos têm um dos mais previsíveis

Como o reajuste é calculado

O reajuste dos remédios considera o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do país, e mais três fatores, batizados de “X”, “Y” e “Z”.

IPCA: inflação oficial do país acumulada de março de 2021 a fevereiro de 2022;

Fator X: mede o nível de produtividade do setor farmacêutico;

Fator Y: mede os impactos de itens que estão fora do IPCA;

Fator Z: existem três níveis (1, 2 ou 3), definidos com base na concorrência do mercado. Se um remédio é vendido por apenas uma empresa, por exemplo, o reajuste vai entrar no nível 3, que é mais baixo.

Fonte: Sindusfarma

e estáveis comportamentos de preço da economia brasileira”. Foram apontados pelo Sindicato outros fatores para a manutenção de preços, como os impostos embutidos no preço dos medicamentos. A carga tributária equivale a até 32% do valor final pago pelo consumidor.

Além disso, hipertensivos, medicamentos para diabetes e outros produtos para doenças de larga incidência oferecidos gratuitamente no Programa Aqui Tem Farmácia Popular são vendidos pelos fabricantes por valores de reembolso baixos, que não são reajustados há anos.

“É importante o consumidor

pesquisar nas farmácias e drogarias as melhores ofertas dos medicamentos prescritos pelos profissionais de saúde. Dependendo da reposição de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos, aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer”, justifica Mussolini.

Em nota, a Sindusfarma afirmou que nenhuma empresa pode aumentar o preço máximo ao consumidor (PMC) de seus produtos sem autorização do governo. “Uma única vez a cada ano, os aumentos de custo de produção acumulados nos 12 meses anteriores podem ser incorporados ao preço máximo ao consumidor

(PMC) dos medicamentos, a critério das empresas fabricantes, aplicando-se uma fórmula de cálculo criada pelo governo”.

A unidade sindical destacou ainda que a cotação do dólar chegou a aumentar quase 40% no último biênio, enquanto custos com contratação de frete e seguros tiveram alta de 10% e gasto com embalagens, considerando a moeda norte-americana, 40%. No acumulado do ano passado e o anterior, a inflação geral somou 78,91%, ao passo que os preços de medicações variaram pouco menos de 56%, conforme o IPCA.

Expectativa

A bancária Tatiana Castro, de 47 anos, diz que um possível aumento de 10% é “absurdo” e deve impactar em muito seu orçamento. “É muita coisa. Eu faço uso de medicação controlada. Ao longo desses últimos anos, o preço vem aumentando muito, de forma bem desproporcional”, relata.

“(O aumento) vai interferir muito no orçamento, porque a minha compra de remédio não é uma coisa de R\$ 40, R\$ 50. É em torno de uns mil reais, quase, por mês. Então interfere muito, R\$ 100 é muita coisa”, completou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

FUNCIONALISMO

Categorias anunciam onda de greves

» FERNANDA STRICKLAND

Categorias de funcionalismo prometem intensificar mobilizações caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conceda o reajuste salarial ou não volte atrás na proposta que fez aos policiais. O aviso vem um dia após os servidores do Banco Central (BC) declararem greve por tempo indeterminado.

No início da semana, servidores do Banco Central (BC), aprovaram greve geral por tempo indeterminado. Com a adesão de 90%, segundo a categoria, a paralisação começa em 1º de abril. Segundo o presidente do Sinal, Fábio Faiad, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, não apresentou nenhuma proposta oficial. “Parece que vai ter uma reunião semana que vem com os ministros, e eles vão tentar ver uma solução. Com isso vamos manter a greve e aguardar na semana que vem os resultados”, disse o sindicalista.

O presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central (SinTBacen), Diego Rodrigues, afirma que a mobilização tem dois objetivos. O primeiro é reestruturar a carreira. “Os técnicos da autarquia estão há quase 20 anos reivindicando o cumprimento dos acordos para a reestruturação da carreira de especialista do Banco Central”, explicou.

O segundo ponto reivindicado é o reajuste salarial de 27%. “Nos últimos três anos, os servidores sofreram uma perda de 55% (IGPM) do valor real da remuneração”, disse Rodrigues.

Fernanda Strickland



Reunidos na Esplanada, auditores-fiscais da Receita cobraram recomposição orçamentária

Ele afirmou que, com a paralisação, os serviços de distribuição de numerário na rede bancária nacional, atendimento ao público, transações via Pix e segurança, entre outros, poderão ser afetados.

Os servidores do Tesouro também estão mobilizados. Aprovaram ontem uma paralisação de dois dias — no dia 1º de abril e próxima terça (5/4). Eles pedem reajuste salarial de 19,9%, índice que repõe a inflação entre 2019 e 2021. O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Nacional) pontuou que o grupo deve se reunir na próxima terça, para decidir se haverá greve por tempo indeterminado.

Ato público

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal realizaram ato público em frente ao Ministério da Economia, em Brasília, na tarde de ontem. Participaram da manifestação lideranças das 82 Delegacias Sindicais do Sindicato Nacional e representantes dos Comandos de Mobilização de todo o país.

O intuito foi cobrar do ministro Paulo Guedes, a recomposição do orçamento da Receita Federal e a realização de concursos públicos para repor a perda de 40% do efetivo ocorrida nos últimos anos.

Os sindicalistas também cobraram do governo federal a regulamentação da Lei 13.464/2017, aprovada e sancionada há mais

de cinco anos, que trata da instituição da gratificação de desempenho para a categoria, entre outras medidas de estruturação da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Federal.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional, Isac Falcão, a situação é grave porque cortes orçamentários comprometem o funcionamento da Receita Federal a partir de maio. “O déficit de Auditores-Fiscais e a falta de regulamentação da Lei 13.464 são outros fatores que inviabilizam o funcionamento do órgão”, disse. “O governo federal não pode mais postergar a solução dessas questões. A sociedade brasileira precisa da Receita Federal e precisa de um governo”, alertou Falcão.

Sem MP do reajuste, policiais se reúnem

Ante um possível recuo do presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação ao reajuste das polícias, a categoria também vai se reunir para debater a reestruturação das carreiras e os prazos legais. Uma assembleia geral para debater um futuro movimento está prevista para esta quarta-feira, no auditório da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), na sede nacional em Brasília.

O governo já descartou a possibilidade de editar uma medida provisória com o aumento para as carreiras dos policiais federais até 2 de abril, próximo sábado, quando se esgota o prazo para reajustes salariais acima da inflação antes das eleições.

Na segunda-feira, 28, o ministro da Justiça, Anderson Torres, reuniu representantes das polícias para conversar sobre o tema. Ele tentou acalmar os ânimos

e, segundo relatos, explicou que Bolsonaro não poderia anunciar o reajuste neste momento, em razão da iminência de uma greve geral no Banco Central.

A lei eleitoral estabelece que reajustes na remuneração de servidores públicos, para além da recomposição das perdas salariais, estão vedados nos seis meses anteriores às eleições. Como o primeiro turno deste ano está marcado para 2 de outubro,

o Executivo teria até o próximo sábado para editar uma MP com aumento de salário acima das perdas salariais, como reivindicam os policiais federais.

Na polícia, não há perspectiva de greve, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que órgãos ligados à segurança pública não podem paralisar suas atividades. Assim, os policiais decidiram o que pode ser feito caso o recuo do presidente se concretize.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



CNC DEFENDE AJUSTES NA PEC 110, QUE TRATA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Divergências em torno do relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110/19, a reforma tributária proposta pelo Senado, resultaram no adiamento da votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 16 de março.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que vem trabalhando por ajustes no texto, comentou a decisão do presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), de adiar a votação. “Isso mostra que os parlamentares estão sensíveis ao tema e à potencial perda de empregos e renda da população”, disse o presidente José Roberto Tadros.

Na proposta central de simplificar o sistema tri-

butário, a PEC 110/19 vai inevitavelmente majorar a carga tributária aos segmentos de serviços, inviabilizando milhares de negócios no Brasil e desestimulando a geração de empregos. A CNC defende, entre outros pontos, a premissa da carga tributária setorial, a diferenciação de alíquotas aos diversos setores da economia (indústria, comércio e serviços) e a garantia do direito ao crédito amplo.

“O Brasil precisa de uma reforma tributária. É consenso. Mas a PEC 110/19, do jeito que está, vai inviabilizar milhares de empresas do setor de serviços. Alguns segmentos terão a sua tributação elevada em até 200%! Não há como sobreviver”, alertou Tadros.

SESC PANTANAL AJUDA A SALVAR ONÇAS-PINTADAS, AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

A primeira onça-pintada capturada para a pesquisa em andamento na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal, localizada em Barão de Melgaço, no Pantanal de Mato Grosso, recebeu o collar com GPS para o monitoramento no período de aproximadamente um ano.

O estudo do maior felino das Américas, ameaçado de extinção, é importante para a conservação da espécie e funciona como um “guarda-chuva”, ao contemplar todo o ecossistema com informações sobre

diversas espécies e paisagens. O animal capturado tem cerca de seis anos, pesa 103 quilos e recebeu o nome de Niti Cáre, que significa “menino bonito” em macro-jê, tronco linguístico dos Bororo e Guato, presentes na região.

Outras quatro onças receberão o collar de monitoramento. A pesquisa é realizada pelo Polo Socioambiental Sesc Pantanal, em parceria com o Museu Nacional e colaboração do Instituto Reprocon e do Grupo de Estudo em Vida Silvestre (GEVS).



Pesquisadores fixam o collar com GPS para o monitoramento de Niti Cáre

SENAC INAUGURA MAIS UMA MODERNA UNIDADE DE ENSINO PROFISSIONAL

O município de Ourinhos, no interior de São Paulo, tem agora motivos para crer na força transformadora da educação profissional. A cidade do oeste paulista ganhou uma unidade do Senac para oferecer cursos técnicos e livres nas áreas de tecnologia da informação, moda e beleza, design e arquitetura, comunicação e artes, saúde e bem-estar, meio ambiente, segurança e saúde no trabalho, gastronomia e nutrição. A capacidade de atendimento da unidade é de 1.500 alunos por dia.

Inaugurado no dia 24 de março, no bairro Vila Nova, o prédio conta com mais de 7.700 metros quadrados de área construída. São oito salas de aula convencionais, biblioteca, auditório, áreas de convivência, doze laborá-

tórios e outros ambientes planejados para atender às crescentes necessidades de uso de tecnologias móveis auxiliares nos processos de aprendizagem.

A construção sustentável inclui sistema de aquecimento solar de água, fachadas ventiladas, iluminação em LED e diversos outros itens compatíveis com altos padrões ambientais. Além disso, o Senac Ourinhos é totalmente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A oferta de vagas para os cursos do Senac Ourinhos será destinada 80% para gratuidade a interessados de 35 cidades do entorno, como Assis, Canitar, Ipaussu, Pirajó, São Pedro do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande, Ribeirão do Sul e Chavantes.



Prédio conta com doze laboratórios e pode receber 1.500 alunos por dia

TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Accesse o site afavordobrasil.cnc.org.br e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o país a superar a crise.

www.cnc.org.br

[@sistema.cnc](https://www.facebook.com/sistema.cnc) [@sistemacnc](https://www.instagram.com/sistemacnc) [@sistemacnc](https://twitter.com/sistemacnc) [@tvcnconline](https://www.youtube.com/tvcnconline)